



**ATA CSDP Nº 13, DE 01 DE JULHO DE 2011. ATA DA 7ª  
SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS –  
EXERCÍCIO 2011 – SEGUNDA PARTE.**

No dia primeiro de julho de dois mil e onze, às 18:25 horas, na sala de reuniões, reuniu-se o Egrégio Conselho Superior, registrando-se as presenças dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros: Defensora Pública Geral, Andréa Abritta Garzon Tonet, Subdefensora Pública Geral, Ana Cláudia da Silva Alexandre, Corregedor Geral, Eduardo Vieira Carneiro, Evaldo Gonçalves da Cunha, Gilmara Andrade dos Santos, Galeno Gomes Siqueira, Rodrigo Zamprogno, Marcelo Ribeiro Nicolliello e Ricardo Sales Cordeiro. A sessão também foi abrilhantada com a presença do Vice Presidente da Adep, Flávio Lelles. Conferido o *quorum* pela Presidente, instalou-se esta sessão ordinária com 09 (nove) membros.-----

Em seguida foi lida e aprovada a ata da 2ª parte da 6ª sessão ordinária de 17 de junho de 2011.-----

A Dra. Andréa Tonet: "quanto às promoções, no momento em que fui abordada pelo Conselho Superior as mesmas já estavam deferidas em três movimentos, e eu assumi o risco de não responder ao governo, porque preferia esperar uma nova negociação em um segundo momento. Assim, resolvi aguardar o final do primeiro quadrimestre para retomada das negociações, já que se trata de período difícil, complicado, em razão do fechamento de contas e da observância da lei de responsabilidade fiscal. Terminado o primeiro quadrimestre, pedi uma reunião com a secretária Renata Vilhena e voltei com a pauta das questões relacionadas às promoções e nomeações dos aprovados do VI concurso. Com relação ao pedido de reunião formulado pelos aprovados do VI concurso, preferi marcá-lo para depois do dia 28 de junho de 2011, na expectativa de poder fornecer uma notícia diferenciada. A questão das nomeações continua firme na minha pauta com a Seplag. Vários argumentos foram utilizados durante a negociação das promoções e nós conseguimos uma mais favorável com a escala apresentada. O critério para as promoções foi



amplamente discutido com a Seplag e ficou definido que seria classe por classe, começando pela mais antiga. Pelo formato, não haverá fissura, racha dentro da nossa classe, em razão da previsão de datas para que as promoções sejam realizadas. Reputo que fomos todos vitoriosos com a conquista, pois as negociações com o governo geralmente são muito pesadas e que por mais interlocução que exista, sempre que se fala em dinheiro, em orçamento, nasce um embate, uma resistência dentro do governo. Estou muito feliz e que espero que os colegas também estejam, em razão deste momento muito esperado, muito batalhado. O espaço de dois meses para o implemento de cada classe, durante as negociações, pareceu um acordo bastante satisfatório, motivo pelo qual assumi todos os ônus e bônus da decisão.-----

O Conselheiro Eduardo: "peço que se registre na ata e nos anais da Defensoria Pública, este momento histórico pelo qual estamos passando, e os méritos são todos da Dra. Andréa. Recebi várias manifestações de congratulações, mas apenas fui testemunha do episódio, isto porque nada fiz, tendo permanecido apenas na condição de espectador, aguardando a interlocução da Defensora Pública Geral. O mérito das promoções deve ser creditado exclusivamente à Dra. Andréa e a sua equipe e todos os Defensores têm que ter ciência de que foram muitos anos de inércia, sem promoção e que precisamos dar a César o que é de César e o Conselho é o local adequado para externar os acontecimentos aos colegas Defensores. O mérito é exclusivo da Dra. Andréa, motivo pelo qual lhe envio os meus sinceros parabéns.-----

A Conselheira Ana Cláudia: "sensibilizar o governo pelas nossas demandas é uma luta árdua. Se algo tem encantado o gabinete é esta possibilidade de abrir portas, a empatia da nossa Defensora Pública Geral, merecendo ficar registrado este avanço institucional. Tem acontecido coisas que nunca aconteceram na nossa história, pois hoje somos muito bem recebidos pelo governo de Minas e as demandas são encaminhadas de forma respeitosa. Estamos administrando a Instituição com todas as dificuldades, mas fazemos tudo com muito respeito, com muita dedicação, com



muito amor à causa”. Estamos empenhados, juntamente com o Conselho Superior, no enfrentamento de matérias de interesse institucional, acima de qualquer questão política. Parabenizo a todos, especialmente a Dra. Andréa, a quem somos todos muito gratos.-----

O Conselheiro Evaldo: “externo à Dra. Andréa a minha satisfação pelo desfecho da questão das promoções, pois as mesmas vieram em um excelente momento e toda a classe está comemorando, sendo grande o alcance da administração da qual a Dra. Andréa está à frente. Tenho certeza de que um Defensor Público à frente da Instituição é garantia de sucesso, como é o caso da Dra. Andréa. Todos os Defensores de todas as classes sofreram muito e as promoções darão um pouco mais de fôlego aos companheiros que se encontram massacrados por um vencimento irrisório. Parabenizo a Dra. Andréa pela interlocução e pela sua forma brilhante de conduzir a Instituição. Há muito a ser feito, mas estamos construindo uma Instituição absolutamente forte. Congratulo com as decisões em relação à forma como foi conduzida a questão das promoções.-----

A Conselheira Gilmara: “concordo com a manifestação do Conselheiro Eduardo, especialmente quando diz que todos os méritos são da Defensora Pública Geral e que todos estamos comemorando. Digo que todas as conquistas são nossas, tendo a Defensora Pública Geral à frente. Externo meus sinceros agradecimentos e que a implantação do cronograma é muito importante, pois há colegas há longos anos na luta.-----

O Vice Presidente da Adep, Flávio Lelles: “em nome da associação parabenizo a Dra. Andréa e fiquei muito satisfeito em receber a notícia das promoções. É curto o período entre um grupo e outro, agradando, desta forma, a todos os Defensores. Tenho presenciado a manifestação dos Defensores, sendo uma situação rara, de reconhecimento, de ganho e não há alguém com coragem de externar publicamente que não seja desta forma. Dirijo-me aos aprovados do VI concurso. Esta questão das promoções é uma demanda de todos os Defensores. Surgiu uma discussão sobre quem seria promovido primeiro e a Defensora Pública Geral pediu paciência a todos, para que pudesse negociar com o governo a



promoção de todos, sem brigas, sem disputas e este episódio deve servir de exemplo, pois todos os Defensores querem e muito que cada um dos aprovados seja nomeado e entre logo em exercício. Peço aos aprovados presentes que levem aos outros a notícia deste compromisso: tenham a certeza de que as nomeações ocorrerão e não se deixem levar por informações que não partam da Defensoria Pública, pois há pessoas que podem querer influenciá-los. A Defensora Pública Geral recebe os membros das comissões a todo momento e nunca se negou a conversar. A impressão que se tem é que o processo está muito bem encaminhado. Parabéns à Dra. Andréa por aglutinar a classe e que seja dado mérito para quem tem mérito. Precisamos superar as divergências”. -----

O Conselheiro Rodrigo: “parabenizo a Dra. Andréa pelo êxito na empreitada e digo que na realidade não se trata de promoção e sim de aumento, já que envolveu a todos. Dirijo-me aos aprovados do VI concurso e digo que todos podem ter a certeza de que todos serão nomeados. Vivemos um momento histórico e todas as informações devem sair da Defensoria. -----

O Conselheiro Marcelo: “louvo a atitude da Defensora Pública Geral e já me manifestei quanto à estratégia bem sucedida de tentar a negociação. Reputo que é uma vitória. Parabenizo a Dra. Andréa pelo esforço, pela dedicação, pela paixão e também pela sua empatia, como bem salientado pela Conselheira Ana Cláudia. A Dra. Andréa consegue unir a todos e também apaziguar os membros do Conselho, que às vezes em decorrência da função, sejam muito beligerantes. Também me preocupo muito com a união da classe e este momento é de pensar para frente, não pensar pequeno e me emociono quando vejo aprovados no concurso entrando no aglomerado Santa Lúcia, coisa que colegas nossos nunca fizeram. Lembro que quando entrei na Casa achava que o ambiente natural, nosso ambiente de trabalho, era lá e fiquei surpreso com passividade. Tenho as esperanças renovadas quando vejo pessoas aguerridas, prestes a entrarem na Instituição. A vocês, os aprovados, digo que as promoções demonstram força, o que é um indicativo de nomeação e posse até o final do ano. Ressalto que o ideal era uma data mais



próxima, uma vez que dezenas de vidas estão suspensas, esperando uma definição, de pessoas que moram em BH ou não, às vezes espalhadas pelo País.-----

O Conselheiro Ricardo: "parabenizo a Dra. Andréa e digo que este evento, esta vitória, nos traz uma alegria muito grande e nos leva a uma reflexão sobre a nossa condição essencial de Defensor. Afirmo que a questão das promoções é uma vitória da Defensora Pública Geral e do Gabinete. Peço que a Dra. Andréa leve a todos os assessores o meu agradecimento, porque os reconheço pela abnegação. Lembro-me da época da edição da Lei Complementar nº 65/03, em que ficávamos até altas horas na sede da Defensoria Pública, o que tem acontecido hoje com a equipe da Dra. Andréa e todo trabalho lá desenvolvido é em prol da Instituição. Temos que dar a César o que é de César e todos os méritos são da administração e do gabinete. Saliento que a Dra. Andréa soube agir de forma hábil com o governo, atitude de extrema importância. A Defensoria anda melhor quando o Defensor Público Geral está com o governo, pois não se trata apenas da questão orçamentária. Falo que o momento é de bastante reflexão e que é preciso dar um voto de confiança à Defensora Pública Geral, no sentido de estarmos sempre alinhados no momento da prática de algum ato. A Defensora Pública Geral está agindo em prol da Instituição e não há ninguém mais interessado na nomeação do que nós mesmos, posto que todos os colegas estão sobrecarregados. Não há como não ter interesse na nomeação e não pensem na administração superior como órgão distante. É preciso encurtar os caminhos. Um órgão deliberativo não pode ser utilizado como palco político, mas deve ser orientado pelo razoável. Fico feliz por participar deste momento histórico.---

O Conselheiro Galeno: "Dra. Andréa, ratifico o que já disse por telefone. A sua conquista foi brilhante. Parabéns à senhora e a toda a sua equipe. Espero que a senhora tenha bastante êxito em relação as nossas várias demandas.-----

A Dra. Andréa: "saí da reunião bastante emocionada. Parecíamos três crianças felizes. Me senti muito mais feliz do que se tivesse conseguido alguma coisa própria. Realmente foi um momento muito especial.-----



A Dra. Andréa falou das etapas do processo de nomeação dos aprovados do VI concurso e disse que reconhece a expectativa, a ansiedade de todos. Falou sobre a notícia do movimento pela nomeação, veiculada pelo jornal Hoje em Dia e que ficou extremamente triste com ela. “passamos por um processo intenso de desagregação. Levanto aqui a bandeira da agregação, da união; proponho bandeira branca, inclusive à oposição. Sou amiga de todos. Sempre confiei no movimento da agregação; a Defensoria é mais do que uma filha é mais do que uma mãe; a Defensoria não está jogada às traças; aqui não é qualquer coisa; é com o salário daqui que criamos os nossos filhos. Nós passamos por momentos turbulentos e esta é a melhor Instituição que se tem para trabalhar. Todo mundo está vendo notícias de corrupção em todo lugar; eu digo: a Defensoria é incorruptível; aqui não temos compra e venda de nada. Nós somos poucos, pobres, mas estamos felizes de sermos quem somos e de estarmos do lado de quem estamos. Recebi com pesar o pedido de entrevista do Pedro Roterdã, do Hoje em Dia, onde eu fui acusada de não fazer valer o direito dos aprovados assumirem o cargo e que a única explicação que nós damos é a falta de verba. Não era bem isto o que eu esperava. No dia 28 de junho eu estava justamente com a Renata Vilhena postulando a nomeação de mais cem aprovados e dos excedentes de uma única vez, arcando com o ônus de recebermos mais de cem aprovados de uma única vez. Não sei que demônios sopraram nos ouvidos dos candidatos. Lamento dizer que a pessoa que está levantando a idéia é leviano; não sabe do trabalho, da luta, do desespero em recebê-los. Fizemos um curso de formação como nunca foi visto na história. Eu tenho um Conselho Superior que me apóia, uma assessoria que me apóia. Em 10 meses fizemos coisas que não foram feitas nos últimos 10 anos. O primeiro ato da minha gestão foi me reunir com a comissão de concurso para exigir a sua finalização e enfrentamos todo tipo de problemas, até mesmo contra a sua homologação teve mandado de segurança. Ora, se o repórter não mentiu, isto desmerece a nossa própria Instituição. Quem toma uma atitude desta já entra desmerecendo a nossa Instituição. Eu tive uma excelente impressão dos cinquenta primeiros classificados, que são colegas





dedicados e que me deixaram ótima impressão. Esta casa não é a casa da mãe Joana e não está entregue às traças. Vivemos momentos tormentosos, mas quem aqui ficou são os heróis da resistência. Escutem o que estou dizendo. Eu disse pro repórter que ninguém deseja mais a nomeação do VI concurso do que eu; eu quase fui agredida por um Prefeito por não ter Defensor para mandar para a cidade dele. Eu fique muito entristecida. Eu tenho uma equipe de pessoas dedicadas, aguerridas e que por várias noites ficam até às 23:00 h. Fica aqui o meu desabafo. Ademais, a nomeação dos aprovados é um fresco, uma gota no oceano e o meu desejo já é abrir o VII concurso no próximo ano. Vou continuar lutando pela nomeação de todos”.-----

A seguir, fez a leitura do ofício do Governador se comprometendo com a nomeação de cem aprovados ainda neste ano. Falou da questão orçamentária e do processo orçamentário e que para a nomeação é necessária a suplementação ao orçamento de 2010, já que ano passado o concurso ainda não estava concluído. Falou das propostas apresentadas ao governo para a nomeação dos remanescentes e pediu que os aprovados não se deixem levar pelo desespero e que caso haja um movimento, este seja para agregar, não para dissipar, ficando mantido o dia 06 de julho para a reunião com a comissão.-----

Carlos, aprovado do VI concurso, pediu a palavra para informar que não faz mais parte da comissão e que desde o princípio foram recebidos pela Dra. Andréa, que prestou todos os esclarecimentos até onde foi possível. Informou que as portas da Defensoria foram abertas em janeiro e que alguns reconhecem as dificuldades enfrentadas. Afirmou que a união que já era difícil em 2010, ficou ainda pior, havendo uma dificuldade de coesão entre os aprovados. Os atos da comissão não refletem o pensamento da maioria, ressaltou. Disse que realmente todos estão ansiosos e que gostaria de encontrar a forma de atingir um modo de agregar e não para depreciar, sem ofensas e que se houve este ato lamentável, não foi por parte de todos, dizendo esperar que a situação seja superada.-----

O aprovado Ronaldo disse que a comissão sempre foi um canal de comunicação formal entre a Instituição e os aprovados. Disse que



junto com a Mariana passaram a dar a continuidade ao papel respeitoso que sempre nortearam. Disse que publicou comunicado de que nenhum ato deveria ser ofensivo e que apenas disseram que o dinheiro das nomeações está sendo encaminhado à advocacia dativa, mas sem ofender a honra de ninguém. Disse compreender as dificuldades orçamentárias.-----

A aprovada Renata disse que foram procurados no dia da audiência pública através do Gilberto, do Morro das Pedras, onde foram convidados para o para o ato. O convite partiu das comunidades que se vêem privadas de Defensor.-----

A Dra. Andréa disse que não pode haver a desvirtuação do propósito. -----

Guilherme Rocha de Freitas, aprovado, manifestou-se claramente sobre o seu afastamento da comissão. Disse que alguns aprovados foram alvo de acusações difamatórias dentro do próprio grupo na internet, sugerindo que foram favorecidos pela administração superior pelo contato. O trabalho tem que ser para agregar, somar e a questão política exige muito equilíbrio, parcimônia, sem que se deva tirar conclusões precipitadas, arrematou.-----

Marcos Guimarães, líder comunitário do Morro do Papagaio, pediu a palavra para assim se manifestar: "a sociedade tem que participar das discussões; o povo tem o direito de falar; a Defensoria é do povo. A responsabilidade pelo ato público é de cinco comunidades: Morro do Papagaio, Morro das Pedras, Sumaré, Pedreira e Aglomerado da Serra. Há um processo de reimplantação da Defensoria dentro das comunidades e até hoje não tive resposta da solicitação. Na maioria das vezes os entrevistados falam "A" e o jornalista escreve "A, B ou C". Em momento algum foi colocado este tipo de situação. Nós precisamos de respostas. A Defensoria esteve dois anos no Morro do Papagaio e há Defensores que dizem "eu não piso lá". Enquanto sociedade eu tenho que cobrar. A culpa pela não nomeação é do Governador e a sociedade vai cobrar, porque é direito do povo ter um Defensor Público. Nós acompanhamos a luta da Defensoria Pública. Peço permissão para o Samuel ler a carta que as comunidades encaminharam. -----





A Conselheira Ana Cláudia: “a casa da cidadania não está vinculada à nomeação do novo concurso. A coisa não pode ser politizada de forma a beneficiar o interesse de um. O que o Marcos colocou na reportagem, é a busca de privilégio e a administração não concorda, porque não pode. Não pode ter privilégio de atuação para uma só comunidade. Não tem como justificar. Não é questão de querer atender só o Morro do Papagaio. A descentralização está em discussão. Não é a falta de Defensor, mas a falta de resposta da comunidade; um processo desta natureza não se faz desta forma; tem que ser com responsabilidade; requer condições para prestar serviços com qualidade; não pode ser direcionado. -----

Em seguida Marcos afirmou que não deseja privilégio, apenas cobra direitos e quer direitos. Disse que a primeira vez que a Defensoria tentou entrar no aglomerado não deu certo, isto em 2007. A Casa da Cidadania foi construída, sendo um projeto disseminado em outras comunidades, onde estas conversaram, ouviram a Defensoria e esta se fez ouvir; a Casa da Cidadania serviu de exemplo para o Brasil inteiro, porque a Justiça tem que ir onde o povo está, finalizou.-----

Samuel, morador do Morro do Papagaio, fez a leitura de uma carta datada de 11 de maio e dirigida à administração, em que se faz menção à idéia da criação da Casa da Cidadania, tendo como embrião a atuação no Morro Carapina, em Governador Valadares. Faz menção à experiência única de implantação de uma Defensoria em uma comunidade no Brasil.-----

A seguir, a Conselheira Ana Cláudia fez a leitura da resposta da Instituição, encaminhada ao Padre Matozinhos, no dia 19 de maio, em que é aceita a proposta de implantação da Defensoria nas cinco comunidades, assinalando a importância da medida ser tomada com a maior brevidade possível, motivo pelo qual solicita agendamento de visitas da equipe para discussão do espaço físico onde serão feitas as instalações. A Conselheira Ana salienta que o projeto não está encaminhado porque não tem legitimidade ainda, uma vez que tem que ter o interesse da comunidade. -----

A Dra. Andréa faz a proposta de acordo, fala do interesse da Instituição na parceria com as comunidades, indagou do Marcos se



ele garante a entrada da Defensoria no Aglomerado e que sugerirá para o próximo curso de formação, o atendimento no Morro do Papagaio, para que os novos Defensores tomem contato com a realidade.-----

Samuel fez a leitura da manifestação do ato público de 30 de junho.-----

Marcos disse que em nome da comunidade presta apoio irrestrito à nomeação de todos os aprovados e sugeriu que um representante da comunidade possa acompanhar o processo de nomeação, o que foi aceito pela Dra. Andréa.-----

O Conselheiro Marcelo teceu comentários sobre o ofício em que o governador discorre sobre a evolução orçamentária da Defensoria de 2003 até hoje. Afirmou que a imprensa busca o sensacionalismo o tempo inteiro, com a finalidade de gerar conflitos. Teceu, também, comentários sobre o orçamento e a verba suplementar necessária para as nomeações. Sobre a postura dos aprovados do VI concurso, disse que vê com bons olhos, porque somos uma Instituição democrática, porque somos diferentes, e é um momento de manifestação ímpar de democracia, porque no Ministério Público e no Judiciário, o Marcos não entraria nem no prédio. Disse que as ofensas devem ser punidas e que já as sofreu e que se deve falar com responsabilidade, até mesmo pela internet. Quanto à reivindicação das comunidades, o que viu não é a busca de um privilégio, porque o único órgão que entra na comunidade hoje é a polícia. Disse que temos que tratar de forma diferenciada a comunidade, falou sobre a importância da territorialidade para a pessoa, que o sentimento das pessoas é definido pela territorialidade e que o tratamento do poder público deve respeitar as especificidades. Por fim, disse sentir grande responsabilidade, embora tenha tido duas decepções, a questão da desvinculação da OAB e a da inamovibilidade dos Defensores não estáveis, mas que terá a grata satisfação de participar do movimento de ocupação das comunidades, ato de grandeza, rogando para que os Conselheiros alterem a composição dos cargos e criem cargos cuja atribuição seja delimitada pela necessidade, já que se um território demanda a nossa presença, nós vamos ocupar este território, porque temos



o poder da palavra e o poder da vontade do povo brasileiro, sendo hoje um marco. -----

A Conselheira Ana Cláudia disse que a questão vem sendo enfrentada pela Defensoria Pública e pelo Conselho, informando que participou da elaboração da deliberação 11 de 2009. Quanto à questão da territorialidade, disse defender, lembrando a defesa dos quilombolas, da ação civil pública pelo direito à moradia do Novo Lajedo. Afirmou que o interesse institucional vai além de representar o interesse individual do assistido que está judicializando, destacando a atuação na defesa extrajudicial. Destacou a sua atuação no Núcleo de Direitos Humanos e que lá fez ótimas parcerias, reforçando a tese de que a Defensoria é a Casa do povo. Dirigindo-se ao Marcos disse que em 2007 não havia a promessa institucional de atuação na comunidade e que é necessário zelar por todos os princípios, dentre eles o da igualdade.-----

Jussara Pacheco Duarte, mãe da aprovada Renata, pediu a palavra para dizer que foi criada dentro do respeito à ética e da democracia. Destacou que o trabalho do Defensor é árduo; que a Instituição é bonita porque realiza a cidadania, o acesso à justiça. Disse estar empenhada com a Renata pela nomeação de todos os aprovados e que é Procuradora de Município há 16 anos, não aceitando nenhum tipo de intimidações. Falou da corrupção no TJMG e indagou a quem interessa a tese de que nada vai mudar, respondendo ela mesma que aos corruptos. Alegou que com a transparência a corrupção acaba, que tem que ter limite até para a corrupção, que o movimento sempre pleiteou a nomeação, que hierarquia não tem nada a ver com subordinação e que respeito é uma via de mão dupla. Por fim disse ter criado a filha com muita dificuldade e que tem ligado para muitos Defensores, pois há muitos Defensores bons neste País e que se precisar dormir na porta do Anastasia pelas nomeações, o fará, sendo certo que já se foi a época em que a Instituição mantinha em seus quadros pessoas que sequer eram concursadas.-----



Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a segunda parte da sessão às 20:40 h., lavrando-se a presente ata, que segue assinada pelos senhores Conselheiros. Belo Horizonte, 01 de julho de 2011.-----

*Andréa Abritta G. Tonet*

*Ana Cláudia da Silva Alexandre*

*Eduardo Vieira Carneiro*

*Evaldo Gonçalves da Cunha*

*Gilmara Andrade dos Santos*

*Galeno Gomes Siqueira*

*Rodrigo Zamprogno*

*Marcelo Ribeiro Nicoliello*

*Ricardo Sales Cordeiro*